



[Inicial](#) [Quem somos](#) [Cadastro](#) [Contato](#) [Mapa do site](#) [SEEMG](#)



Busca [OK](#)



: LUGARES DA MEMÓRIA INDÍGENA PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO

Alenice Motta Baeta*

**A Memória não é sonho, é trabalho.
(...) A lembrança é uma imagem construída
pêlos materiais que estão, agora, à nossa disposição
no conjunto das representações que povoam
a nossa consciência atual.**
Ecléia Bosi

Currículo

- | Proposta Curricular - CBC
- | Orientações Pedagógicas
- | Roteiros de Atividades
- | Fórum

Biblioteca Virtual

- | Dicionário da Educação
- | Temas Educacionais
- | PAIE – Programa de Apoio a Inovações Educacionais
- | Módulos Didáticos
- | Módulos Didáticos da Parte Diversificada
- | Cadernos de Informática
- | Legislação
- | Vídeos
- | Atlas da Educação Web
- | Sala de Recursos Didáticos

Desenvolvimento Profissional

- | Projetos Institucionais/SEE

Sistema de Troca de Recursos Educacionais

SIMAVE/PAAE (Itens de Avaliação)

Relatos de Experiência

Neste momento em que boa parte dos eventos oficiais se restringem às comemorações dos "500 Anos do Brasil", é bom lembrar que a história dos povos indígenas é bem mais antiga do que a data da chegada dos colonizadores portugueses. Certamente, esta data foi o marco inicial de um período sangrento de extermínio e resistência dos povos indígenas, primeiramente para os que ocupavam as encostas litorâneas. A partir de então, o processo de contato com os demais grupos do interior foi uma "questão de tempo" e das investidas das frentes de expansão econômicas coloniais e posteriormente neobrasileiras.

Por meio da análise dos testemunhos arqueológicos, quer dizer, da cultura material produzida e apropriada pelo homem no passado, sabe-se que o território que hoje constitui o estado de Minas Gerais foi seguramente ocupado por vários povos, pelo menos ao longo dos últimos 12.000 anos.

Foram centenas de grupos e subgrupos culturais que utilizaram determinados ambientes para realização de acampamentos, cemitérios, inúmeros tipos de rituais, atelier de instrumentos pétreos, olarias de potes cerâmicos, dentre outras atividades cotidianas ou periódicas. Os ambientes que preservaram, ainda que parcialmente testemunhos destas atividades, são denominados sítios arqueológicos.

Somente em Minas Gerais, já foram registrados aproximadamente mil sítios oriundos do período pré-colonial. Da mesma maneira, há inúmeros registros de sítios arqueológicos indígenas relacionados a períodos após os primeiros contatos com os colonizadores. Tratam-se de antigos aldeamentos, acampamentos, ruínas de antigos presídios, esconderijos, áreas de plantios, ambientes sagrados, dentre outros.

Estes antigos locais, podem ser apreendidos hoje, como "lugares da memória" indígena - ambientes carregados de significados, pois apresentam concretudes de um passado vivido e sentido.

Segundo a Constituição Federal, todos os sítios arqueológicos são "bens da União" (Título III, Cap. II, art.20), quer dizer, patrimônio e herança cultural de todos os cidadãos brasileiros. Da mesma maneira, são considerados patrimônio cultural "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)." (Título VIII, Seção II, artigo 216) Estes elementos englobam também a cultura dos povos indígenas atuais.

Ainda com relação à preservação dos sítios arqueológicos foi elaborada a Lei Federal n. 3.924/1961 - SPHAN, com o objetivo de especificar questões relacionadas a este tema. Em seu art. 5º, considera, inclusive, crime a sua destruição:

"Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2 desta lei, será considerado crime contra o patrimônio Nacional, e como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais."

Embora exista uma legislação com dispositivos específicos sobre a valorização e preservação deste tipo de herança histórico-cultural, a sociedade, de uma maneira geral, pouco conhece sobre este tipo de acervo patrimonial indígena e, portanto, pouco atua sobre a importância de sua preservação e da alteridade cultural.

"O desconhecimento ou desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e, principalmente a recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa têm sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas." (Muda, 1994) Esta postura também é observada com relação aos bens materiais e imateriais vinculados à memória indígena.

OS POVOS INDÍGENAS ATUAIS E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - ALGUNS ASPECTOS

Muitas vezes, os sítios arqueológicos indígenas pré-coloniais ou históricos são percebidos no imaginário da sociedade nacional, como símbolo de atraso, de algo que deve ser "esquecido", pois lembra um passado "silvícola" - uma decrepitude da herança nacional.

"Na postura ideológica predominante, os índios são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma pré-brasilidade. Uma brasilidade, a lias, que não os reconhece, formada a partir de sua negação." (ibidem)

Principalmente em áreas onde ocorrem ou ocorreram recentemente conflitos de terra com os povos indígenas, os sítios arqueológicos correspondem, muitas vezes, a lembranças tangíveis de que os primeiros a habitar este território, de fato, foram os seus ancestrais e de que estes seriam os legítimos donos das terras - isto fere, em parte, muitos interesses, principalmente de latifundiários improdutivos.

Em contrapartida, para os povos indígenas preservar e valorizar lugares e objetos antigos significa, em parte, reafirmar o seu território histórico de referência e reativar os elementos delineadores de suas fronteiras étnicas.

"Se é nesse lado caótico do espaço e do tempo que se fundem muitos dos nossos receios e ambivalências, no entanto, em vista da mútua interdependência das ordens cognitivas e espaço-temporal, é fundamental que saibamos construir novos mapas cognitivos que orientem nossos trajetos e linhas de ação." (Fortuna, 1997)

Existem algumas situações concretas que podem ser apresentadas, ainda que de forma genérica, sobre este tema. O primeiro exemplo se refere ao grupo indígena Kaxixó, que habita as margens do Vale do Rio Pará, municípios de Pompéu e Martinho Campos- MG.

Representantes dessa comunidade indígena realizaram denúncias, há alguns anos, de destruição de sítios arqueológicos pré-coloniais por parte de outros moradores da região. Segundo eles, foram coletados nestes sítios, pedaços de potes cerâmicos que foram ensacados e jogados ao rio.

A partir de uma vistoria arqueológica de identificação e cadastro dos sítios arqueológicos, além das orientações dos órgãos patrimoniais (IPHAN e IEPHA)(2), os Kaxixó vêm monitorando os sítios, informando aos arqueólogos novas ocorrências e situações que possam comprometer a integridade dos mesmos.

No caso dos sítios pré-coloniais existentes na região historicamente apreendida pêlos Kaxixó, não se pode afirmar tratar-se de testemunhos materiais produzidos por ancestrais diretos da cultura Kaxixó, pois sabe-se que, no período pré-colonial, esta

região foi habitada por inúmeros grupos nômades e semi-nômades. No mais, ainda não foram realizadas pesquisas etnoarqueológicas sistemáticas que pudessem apresentar elementos mais aprofundados sobre as ocupações indígenas nessa região.

No entanto, percebe-se em variadas situações que muitos grupos indígenas atuais se reapropriam de ambientes pré-coloniais, tornando-se em muitos casos seus principais guardiões, além, é claro, de sítios de referência histórica direta, como elemento revitalizador da memória e coesão social do grupo. "Nós tomamos conta dos antigos mandamentos de índios, porque se não, vai sumir tudo", como afirma o cacique Djalma Kaxixó.

Neste sentido, a preservação de testemunhos de antigas taperas habitadas por parentes no passado mais recente, cemitérios, ruínas de fazendas ou povoados vinculadas à história de resistência dos Kaxixó são consideradas de "grande importância" para a sua história.

"Esses locais históricos, em particular as ruínas, (...) deslocalizam os sujeitos ao mesmo tempo que os fixam num determinado espaço. Funcionam como uma espécie de espacialização da utopia, ao poder converter a nossa identidade na nossa alteridade." (Fortuna, 1997)

Representantes do povo indígena Xacriabá, que habitam o norte de Minas, no Médio Vale do Rio São Francisco, município de São João das Missões, também estão preocupados com a preservação do rico patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico ali existente.

O Vale do Rio Peruaçu, afluente do São Francisco, possui em seus canyons calcários inúmeras cavernas e abrigos rochosos, muitos deles com inúmeros tipos de registros de antigas ocupações humanas. Este grande complexo arqueológico/espeleológico atrai, há alguns anos, inúmeros centros de pesquisa, inclusive internacionais. Por meio das informações arqueológicas é possível afirmar que estes afloramentos foram habitados nos últimos milênios por, pelo menos, quatro grandes grupos culturais. Inclusive, há alguns sítios arqueológicos que se situam na área indígena Xacriabá, incluindo a nova área de Rancharia.

Visando preservar este importante patrimônio paisagístico, ambiental e cultural vêm sendo definidas algumas unidades de conservação nesta vasta região, dentre elas: Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e, a principal e mais extensa, a Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu (em nível federal), que abrange domínios dos dois primeiros parques. Há também no Ministério da Cultura um processo de tombamento do principal conjunto de sítios arqueológicos, além de um pedido de tombamento do mesmo, na UNESCO (3), o que o tornaria Patrimônio Histórico da Humanidade. Os domínios da APA Cavernas do

Peruaçu, abrangem, inclusive, porções da Área Indígena Xacriabá na região das Serras das Missões.

No Curso de Formação dos Professores Indígenas de MG, o patrimônio pré-colonial e histórico da região do Vale do Rio Peruaçu foi abordado e pesquisado, principalmente pelos professores Xacriabá. Inclusive, um professor indígena participou dos trabalhos arqueológicos realizados nesta região junto à equipe do Setor de Arqueologia da UFMG, em fins de 1999. O objetivo foi apresentar para o professor o rico acervo arqueológico desta localidade, além de contar com a sua participação nas pesquisas, pois o principal canyon, da APA situava-se em uma propriedade que, nos últimos anos, se encontrava inacessível para os indígenas. Em função de conflitos de terra com os fazendeiros locais, ocasionando mortes de lideranças, os Xacriabá, ao longo dos últimos anos, evitam fazer incursões em regiões contíguas ao seu território. Contudo, com o estabelecimento e implantação destas áreas de conservação, esta situação pode e deve ser alterada.

Também é preocupante o início de projetos "ecoturísticos e educacionais" nos municípios abrangidos por esta APA, sem diagnósticos e execução de programas apropriados nas áreas da educação patrimonial e antropologia, pois faz-se necessário que se aprofunde sobre a memória indígena desta região, não se restringindo a aspectos cênicos da pré-história local; pelo contrário, que se valorizem a história e a cultura do povo Xacriabá, hoje, ainda muito discriminadas pela população local não-índia.

A implantação, gestão e monitoramento da APA, portanto, requerem cuidados no sentido da realização de um conselho gestor representativo, envolvendo professores e lideranças das comunidades Xacriabá.

Situação similar ocorre com a Serra TakrukKruk, ou Serra da Onça, no Vale do Rio Doce, onde foi estabelecido em 1998 o Parque Estadual Sete Salões. Os Krenak, grupo indígena que habita por tempos imemoriais esta região, atualmente possui território demarcado na margem oposta do rio Doce defronte, portanto, da área deste parque.

Nesse sentido, o território cultural Krenak expande em muito os limites jurídicos da atual área demarcada, abrangendo localidades que há décadas não são mais frequentadas pela comunidade Krenak. O território intangível abrange esses lugares, vividos e revividos na memória do grupo, habitados até hoje por espíritos de velhos boruns-os Makhíán-encantando-os (...) (Baeta, 2000; cf Baeta, 1998)

A preservação desta serra, faz-se necessária não só por ser um lugar especial para o povo Krenak, mas também por apresentar um conjunto paisagístico e patrimonial que, se preservado e gerenciado de forma multicultural, irá contribuir para a qualidade de vida de toda a população local.

Em outros países, principalmente na Austrália, faz parte da política patrimonial e ambiental a participação dos aborígenes na gestão e monitoramento das unidades de conservação, gerando empregos para estes, além de estar garantindo uma gestão legitimadora dos direitos dos povos tradicionais.

A definição dos limites destes parques ou unidades de conservação, bem como o zoneamento e os critérios de manejo ambiental, respeitam, nesta medida, os locais sagrados e ou destinados a alguma atividade específica dos grupos locais, bem como áreas de vida silvestre. Estes ambientes foram, portanto, resguardados de visitas turísticas e outras atividades. Em compensação, foram definidas em comum acordo, zonas destinadas para realização de ecoturismo, instalação de infra-estrutura e realização de outras atividades econômicas e sociais. (Baeta, 2000)

OS TESTEMUNHOS MATERIAIS DE UMA HISTÓRIA OBLITERADA

A quantidade de antigos sítios indígenas identificados ainda é relativa, visto que há muitas regiões do estado que ainda não foram objeto de levantamentos sistemáticos por parte da pesquisa arqueológica. Contudo, a partir das informações coletadas e analisadas até então, já é possível apresentar um quadro parcial sobre a ocupação humana no período pré-colonial, exposto por meio de inúmeras publicações técnicas sobre arqueologia mineira. No entanto, boa parte destas informações ainda se restringem ao meio acadêmico.

Causa indignação este paradoxo: de um lado um rico acervo arqueológico indígena; de outro, o total desconhecimento e desvalorização da História Indígena e do Período Pré-Colonial nos programas de ensino formal, que oficializam, apesar dos

esforços de muitos educadores, um discurso hegemônico da sociedade nacional, que nega o reconhecimento e complexidade da dimensão histórica cultural deste patrimônio.

O homem ocidental moderno experimenta um mal estar diante de inúmeras formas de manifestação do sagrado: é difícil para ele aceitar que para certos seres humanos o sagrado possa se manifestar em pedras ou árvores, por exemplo. (Eliade, 1986:15)

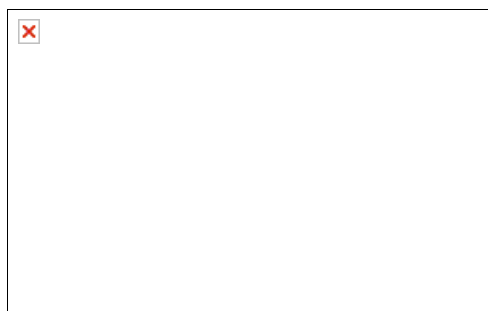
Os reflexos desta política/educacional social se demonstram de forma muito clara no comportamento de uma sociedade que atea fogo no índio que se encontra em um ponto de ônibus da capital do país; ou no assassinato de lideranças indígenas por simplesmente estarem lutando por seus direitos aparentemente garantidos na Constituição Federal; ou no adolescente que acha graça quando se encontra com um índio vestido, indagando se ele é mesmo "índio de verdade"

Da mesma maneira, muitos ambientes arqueológicos e/ou de grande valor para os povos indígenas atuais são sistematicamente depredados e destruídos, muitas vezes, por crianças e adolescentes que se encontram, portanto, em fase escolar. Contudo, de uma forma ou de outra, os eventos oficiais ou não que foram e que vêm sendo organizados em torno dos "500 Anos do Brasil", vêm despertando na sociedade nacional, principalmente nos jovens, muitas curiosidades e indagações em torno deste tema, que é extremamente complexo.

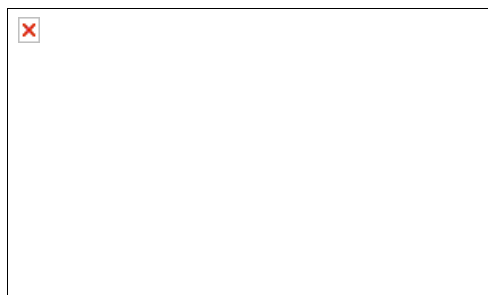
Que as comemorações oficiais passem logo e que fiquem bem registradas as reivindicações dos povos indígenas através do Movimento Nacional "Brasil-Outros 500", pois, lamentavelmente, ainda "faltam muitos dias" para que todos os povos consigam, em um país com tantas desigualdades e injustiças sociais, a demarcação de suas terras, saúde e educação específicas, a preservação do patrimônio histórico de referência, e principalmente, a sua alteridade cultural.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. Existem Realmente índios no Brasil. **Perspectiva**, SãoPaulo, 8(3), 1994.
 BAETA, A. **Memória Indígena no Médio Vale do Rio Doce-Arte Rupestre e Identidade Krenak**. Dissertação de Mestrado FAE/UFMC, Belo Horizonte, 1998.
 BAETA, A. Grutas e Abrigos Arqueológicos "Encantados"- Região do Parque Sete Salões Serra Takrukkrak Vale do Rio Doce-MC. **O Carste**, vol. 12, N. 1, Belo Horizonte, 2000.
 BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Ed. Edusp, 1987.
 ELÍADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1986.
 FORTUNA, C. **As Cidades e as Identidades**- Narrativas, Patrimônios e Memórias. RBCS n. 33, ano 12, São Paulo, 1997.



Cacique Djalma Kaxixó, mostrando local onde se situava antigo aldeamento indígena. Ao fundo, concentrações circulares de material orgânico.
 Beira do rio Pará, município de Pompéu-MC
 Foto: Alenice Baeta



Professor Indígena Domingos Xacriabá em sítio arqueológico pré-colonial; preocupado com a preservação da herança indígena do Vale do Rio Peruaçu-MG
 Foto: Alenice Baeta

Notas

- (2) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico-IEPHA/MG.
- (3) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO
- (4) Bibliografia sobre a História dos Povos indígenas de Minas Gerais, consultar: www.cedefes.org.br

Fonte

Este texto faz parte da publicação da SEE-MG - Escola Indígena: índios em Minas Gerais recriam a sua Educação (Coleção Lições de Minas, v. 6), Abr, 2000.

* Historiadora e Arqueóloga - Setor de Arqueologia do MHNe JB/UFMG. Coordenadora da área de História do Curso de Formação dos Professores Indígenas-MG.

topo  abrir em outra janela  voltar 